



DESAFIOS DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NEUROMOTORA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE CURAÇÁ-BA

CHALLENGES BY STUDENTS WITH NEUROMOTOR DEFICIENCY IN FUNDAMENTAL EDUCATION IN CURAÇÁ, BRAZIL

Roberto Remígio Florenço*
Martins Dantas da Paixão**

RESUMO: Com o objetivo de analisar o processo de aprendizagem de estudantes com deficiência, este estudo propõe uma análise sobre o processo de inclusão de um aluno do quinto ano do ensino fundamental I, em uma escola pública municipal em Curaçá-BA. A partir da observação participante em uma pesquisa de campo do tipo estudo de caso, que durou todo o ano letivo de 2018, optou-se pela abordagem qualitativa, por acreditar conter a metodologia mais apropriada para a compreensão dos dados pesquisados. Durante o processo da pesquisa, foram realizadas visitas ao espaço escolar e o acompanhamento das aulas. Recorreu-se à revisão de literatura em busca de compreender conceitos e relacionar teoria à prática, na busca pela compreensão dos fenômenos, por meio dos dados identificados a partir de entrevistas registradas em áudio e vídeo. Os resultados apresentados objetivam oportunizar análises acerca de práticas inclusivas nas escolas regulares da rede de ensino público, ainda que estas apresentem problemas estruturais e falta de formação dos profissionais. Como conclusões, podemos apresentar sintomas da educação básica pública que contribuem/atrapalham o desenvolvimento da educação inclusiva nas escolas regulares.

PALAVRAS-CHAVES: Aprendizagem; Educação inclusiva; Práticas educativas.

ABSTRACT: The learning process by students with deficiency comprises the inclusion process of a Year 5 student in a public school in the municipality of Curaçá BA Brazil. Methodology comprises participating observation in a case study during the school year 2018, based on a qualitative approach due to the belief in the method's capacity in the comprehension of researched data. Visits to the school and follow-up in the classroom occurred. A review of the literature was undertaken for the analysis of concepts and for the theory-practice relationship to understand phenomena by data identified in interviews recorded in audios and videos. Results provide analyses on inclusion practices in government-run schools even though these have structural problems and faults in professional training. Symptoms of basic public education that would contribute or disrupt the development of inclusive education in the school are forwarded.

KEY WORDS: Learning; Inclusive education; Educational practices.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil ainda é um assunto que precisa ser melhor discutido e, acima de tudo, praticado, pois, de certa forma e na maioria das situações vivenciadas na prática, a teoria não condiz com a realidade do dia a dia escolar. Desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988), pode-se dizer que os avanços foram muitos, no entanto, há ainda um caminho longo a ser percorrido no que diz respeito à educação inclusiva, que possa garantir a permanência e o êxito dos estudantes com deficiência nos espaços escolares.

Ainda de acordo com a Constituição, todos devem receber educação e ter seus direitos de acesso e permanência no sistema regular de ensino pelas redes públicas. Contudo, segundo Pan (2013), simplesmente garantir o direito de todos à educação não é o suficiente para que se possa atender aos anseios de uma educação inclusiva, ademais, faz-se necessário assegurar uma educação de qualidade a todos. Entre tantos desafios a serem superados por

* Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador (BA), Brasil.

** Especialista em Psicopedagogia pela Universidade de Pernambuco (UFPE), Recife (PE), Brasil.

pessoas com limitações e que necessitam de Atendimento Educacional Especializado (AEE) ainda estão, na maioria dos casos, a falta de capacitação dos profissionais da educação e o enfrentamento ao preconceito e à discriminação externa.

A Educação Inclusiva (EI) recomenda mudanças nas práticas pedagógicas realizadas na escola, de forma que a equipe pedagógica deverá desenvolver práticas, metodologias e atividades que possam atender as necessidades específicas de aprendizagem dos alunos, tendo como referência o sistema educacional e as suas possíveis limitações. De acordo com Glat (2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial apontam um conceito de escola inclusiva como uma instituição escolar regular proposta pelo Projeto Político-Pedagógico (PPP), no currículo, na metodologia, na avaliação, nas estratégias de ensino e nas ações que favoreçam práticas educativas diferenciadas que atendam aos alunos especiais. É importante reconhecer as características e dificuldades individuais de cada aluno para então, determinar qual tipo de adaptação curricular é necessário para que ele aprenda. Dentre algumas necessidades educacionais, podemos mencionar as deficiências sensoriais (auditiva e visual), deficiência mental, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiências múltiplas, como a paralisia cerebral e outras condições especiais como a dislexia, altas habilidades e transtornos do tipo Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade (TDA/H), entre outras (GLAT, 2006).

Os estudos de Ziliotto (2007) apontam que a Educação Especial ou Inclusiva é algo que merece maior atenção, uma vez que busca construir o futuro de indivíduos em situações de vulnerabilidade e que, por sua vez, buscam no espaço escolar desenvolver habilidades que contribuam e possibilitem a conquista de sua autonomia social.

O que de certa maneira não deixa de ser um desafio a mais para as instituições educacionais, desafios acompanhados de medos, lutas, incertezas, erros e acertos (FLORENCIO; SANTOS; DANTAS, 2019, p. 124).

70

O Ministério da Educação reconhece que inclusão não significa somente matricular os educandos, mas oferecer aos profissionais da educação e às escolas em geral o suporte necessário para as suas ações pedagógicas.

2 REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO E ESCOLA INCLUSIVAS

Discorrer sobre educação inclusiva é falar em igualdade de direitos, das diferenças física, intelectual, étnica, cultural ou religiosa, direitos e também deveres e romper com as barreiras impostas pela utopia de conseguir a homogeneidade, a normalização. No entanto, para que a inclusão seja efetivada de fato, Ainscow (2004, *apud* GLAT, 2007, p. 212) sugere que a inclusão deve ser alicerçada por três aspectos inter-relacionados:

a) a presença do aluno na escola, substituindo o isolamento do ambiente familiar pela sua inserção num espaço público de socialização e aprendizagem; b) a sua participação efetiva em todas as atividades escolares, a qual não depende apenas de 'estímulos' de colegas e professores, mas do oferecimento de condições de acessibilidade e adaptações curriculares que se façam necessárias; e c) a construção de conhecimentos, função primordial da escola e meta a ser perseguida durante o processo de inclusão.

Incluir-se ao processo é sentir-se parte e estar junto, compartilhando momentos de ensino e também de aprendizagem, é viver e aprender com as diferenças e apresentar para as nossas vidas a combinação das cores com sua harmonia, beleza e diversidade. Além disso, é respeitar e ser respeitado, é amar e ser amado, é olhar e viver a diferença como o direito de ser também diferente. É estar consciente de seu papel como corresponsável pelo bem-estar do outro, numa perspectiva de desenvolvimento de uma sociedade justa, equânime e democrática.

Na inclusão, como em qualquer ambiente escolar, é pertinente pensar naquilo que a criança já traz de suas vivências, seja o conhecimento empírico ou científico pelo seu convívio com a sociedade, familiar e contexto atual e assim poder dialogar com aquilo que se pretende ensinar ao aluno. É importante que os professores compreendam o

que os seus alunos sabem ou não para poderem atuar com mais segurança. Nesse sentido, a educação inclusiva deve também percorrer esse viés porque, possivelmente, esse aluno apresenta uma bagagem de conhecimentos prévios e, a partir desses conhecimentos, possa construir novos aprendizados com conteúdo formal e apoio necessário para o seu desenvolvimento.

É importante inovar, criar situações que busquem auxiliar e facilitar a aprendizagem do aluno com consciência, embasamento e reponsabilidade daquilo que se propõe a fazer. É importante pensar em outras formas/maneiras de agir nas articulações e dialogando com os conceitos teóricos sobre Educação Inclusiva e Escola Inclusiva envolvendo toda a equipe escolar: diretores, professores, encarregados de educação, funcionários, comunidade e alunos, todos serão grandes aliados na condução e organização para o bom funcionamento da instituição numa perspectiva de acolhimento coletivo, garantindo o mesmo direito a todos e não deixando espaço para o sentimento de exclusão.

Do ponto de vista técnico, a Educação Especial existe e a Escola Inclusiva já é uma realidade cada vez mais comum no sistema escolar e, especialmente, nas redes municipais de ensino. Por isso, é válido repensar as práticas educativas adotadas no dia a dia escolar. É preciso dar importância às estratégias de acolhimento e inclusão, sem perder de vista as responsabilidades que cada envolvido possui nesse processo de construção e adaptação aos sujeitos com necessidades especiais, sejam por mobilidade reduzida ou de natureza intelectual. Além disso, ao praticar a escolarização desses sujeitos, é necessário que se leve em consideração suas limitações físicas ou de qualquer outra natureza, tendo a necessidade de conhecê-las com propriedade. Estes aspectos exigem mudanças nas práticas pedagógicas.

Entende-se que “não se pode olhar para as crianças e jovens, através de testes e exames, mas é preciso envolvê-los e avaliá-los em todo o processo de construção do saber, numa dinâmica de cooperação com os seus pares”, segundo Florêncio *et al.* (2019, p. 125). Não se trata de enxergar o indivíduo isoladamente, mas olhar o grupo em que se implanta, num modo mobilizador e cooperativo, numa perspectiva de diferenciação pedagógica inclusiva. A Escola Inclusiva deve estar preparada para receber alunos com deficiência física e/ou de aprendizagem, com perspectivas de uma prática pedagógica inovadora de inclusão desses alunos e o envolvimento participativo da comunidade para acolher a todos e concretizar um trabalho mutuamente edificante.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se baseia em um estudo de caso, que, de acordo com André (2008), não é um método específico, mas sim aquilo que resulta a partir desse processo, como a propriedade de viabilizar elementos capazes de tornar compreensível o fenômeno estudado e possibilitar direcionamentos para outros saberes. Segundo Goldenberg (2005), o estudo de caso não é uma técnica específica, mas um estudo mais afinado, cujo objetivo é compreender os fenômenos na sua totalidade e complexidade.

O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo de um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (GOLDENBERG, 2005, p. 19).

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa-descritiva, através de fontes válidas, confiáveis e objetivas, por compreender que esta abordagem é mais adequada para este tipo de análise e interpretação do pesquisador. Por isso, o pesquisador deve ser imparcial, não quantificar, também não querer responder questões particulares dos entrevistados nem induzir a respostas que, porventura, pretende ouvir. Ele se posiciona com imparcialidade atentando para as questões socioculturais.

O pesquisador deve exercer uma função que possa auxiliar, sem interferir, a conduzir para a melhor compreensão do objeto de estudo, para compreender os fenômenos do espaço e/ou sujeitos de sua pesquisa, sem interfe-

rir na forma de pensar dos pesquisados, dando apoio para que as pessoas se posicionem de maneira espontânea, sem a indução, para que o pesquisado possa atuar com tranquilidade e naturalidade.

Foram realizadas visitas ao espaço escolar a fim de acompanhar o dia a dia do aluno em sala de aula e o seu desenvolvimento escolar, bem como entrevistas e filmagens. Buscou-se acompanhar parte da rotina, a forma de aprendizagem, a adaptação e apropriação dos conteúdos trabalhados pelos professores. Durante o levantamento de dados *in loco*, foi sendo realizada uma pesquisa teórica, do tipo revisão de literatura, em que foram pesquisados artigos científicos e teses que abordassem os elementos constitutivos da Educação Especial e Educação Inclusiva, além de outras questões referentes ao sistema educacional no que se refere à inclusão e aos estudantes com deficiências físicas ou neuromotoras. Os artigos utilizados neste estudo foram buscados em fontes virtuais, através das plataformas *Scielo* e Google Acadêmico. Adotou-se, ainda, como critério de inclusão e/ou exclusão as palavras-chave Educação Especial e Escola Inclusiva para aproximar o texto com o foco do estudo.

4 DESCRIÇÃO DO CASO

O protagonista é um adolescente do sexo masculino, 12 anos, estudante do quinto ano do ensino fundamental da rede pública do município de Curaçá-Bahia, com deficiência neuromotora, o que ocasiona dificuldades de aprendizagem e das habilidades de coordenação motora, que dificultam também sua locomoção. Aliado à essa situação, o estudante tem dificuldades na fala, fatores causados por paralisia ainda na infância, segundo relato familiar. O adolescente vive com a mãe e outros familiares e não conta com a presença do pai. De acordo com a mãe, a ausência paterna dificulta mais ainda a vida do filho, pois, por falta de recursos financeiros, limita os suportes necessários para potencializar as capacidades do educando no desenvolvimento de suas habilidades.

Dentre tantos desafios que o estudante tem de superar em sua vida cotidiana, como adaptar-se às condições adversas que lhes são impostas, na vida escolar não se faz diferente, pois há necessidade de enfrentar ainda assentos descontáveis e não adaptáveis às suas condições físicas, falta de rampas de acesso à sala de aula e o desconforto de um espaço não planejado para deficientes físicos: uma realidade ainda muito comum para os estudantes brasileiros. Na tentativa de amenizar o distanciamento sociointelectual entre o sujeito e os demais colegas de turma, a instituição conta com o apoio de uma professora auxiliar para intermediar os conteúdos trabalhados pelos professores em sala de aula.

Sabe-se das dificuldades que as instituições de ensino da rede pública enfrentam, no entanto, é importante a escola possuir o mínimo possível em infraestrutura física que atenda às necessidades desses educandos, além de sala de Atendimento Educacional Especializado, recursos materiais e metodológicos e que atentem para os documentos que orientam a Educação Especial, bem como, professores com formação e conhecimentos gerais para o exercício da docência nesse tipo de educação. É consenso entre os professores que essa formação possibilita aprofundamento do caráter interativo e interdisciplinar na atuação.

É comum que o educando com essas dificuldades neuromotoras apresente dificuldades na assimilação dos conteúdos, em seus aspectos cognitivos. Nesse sentido, é importante que o professor e/ou auxiliar observem e percebam as fragilidades e possam desenvolver outras potencialidades do estudante e, assim, contribuir no processo de ensino-aprendizagem de tal forma, que o sujeito adquira e desenvolva competências e habilidades tanto nos aspectos físicos quanto cognitivos. Sobre isso, Santos (2009, p. 8) diz que “as dificuldades podem ocorrer por diversos fatores, inclusive orgânicos, intrínsecos ao indivíduo”. Mas, a maioria é uma combinação de fatos internos e externos, contextuais, emocionais e socioculturais.

É indispensável que seja dada a devida importância ainda na fase inicial do ano letivo para que se perceba precocemente as fragilidades que a pessoa com limitação apresenta, no intuito que se possa atuar com maior agilidade

e eficiência para o desenvolvimento cognitivo e motor durante o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando que aconteça com efetividade, e o aluno possa se desenvolver gradativamente. A aprendizagem ocorre através de um processo de assimilação e necessita de adaptações; o sujeito procura adquirir e criar alguns esquemas que possibilitem/facilitem desenvolvimento na resolução de tarefas.

A aprendizagem é um processo de assimilação e adaptação de conceitos e procedimentos, por isso, Bazzi (2000) reforça que o processo de ensino-aprendizagem requer atenção redobrada, pois se trata de uma estruturação de esquema mental e adaptação do aluno para que haja compreensão.

[...] o sujeito adquire determinados esquemas cognitivo/mentais provenientes do meio a que pertence, através de sua própria estrutura cognitiva, com a finalidade de resolver tarefas e adaptar-se de forma ativa e construtiva (BAZZI, 2000, p. 12).

É necessário que o mesmo assimile os conteúdos/conceitos para o entendimento de forma gradativa. Não é um processo que deve ser tratado de maneira simplista e se faz necessário, também, a compreensão dos profissionais da educação quanto à sua complexidade, tanto no aspecto individual (mental, cognitivo) como processual (sistema educacional brasileiro) da educação básica e pública no Brasil (BAZZI, 2000). Isto se aproxima do que rege as leis nacionais que enfatizam que a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, tenha por objetivo a promoção do acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares e orienta às escolas para promoverem respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2018).

A escola, tal como se conhece, ainda não possui de forma especializada/efetivada trabalhos com resultados concretizados voltados para a Educação Especial Inclusiva, salvo algumas exceções. As instituições de ensino regular precisam comprometer-se com a diversidade que está em cada sujeito. De acordo com Costa (2017), a partir da década de 80, teve início a reestruturação da ideia de inclusão que estimulou mudanças e teve forte impacto na sociedade. A lei 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que busca assegurar e promover condições de oportunidade para o pleno desenvolvimento e exercícios dos direitos da pessoa com deficiência entre estes direitos, a educação.

A Educação Especial trata de uma modalidade de ensino voltada a alunos com deficiências, seja física, sensorial, mental ou múltipla, ou de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. É a educação que se ocupa do atendimento às pessoas com deficiência em instituições especializadas, escolas para surdos, escolas para cegos ou escolas para atender pessoas com deficiência intelectual. É importante diferenciar a Educação Especial de Educação Inclusiva, conceito que surgiu em 1994, com a declaração de Salamanca, na Espanha.

A ideia é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas em escolas de ensino regular. O objetivo da inclusão demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma espécie de deficiência. Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto. No entanto, por vezes, surge uma imensa dificuldade por parte das escolas em conseguirem integrar as crianças com deficiências devido à necessidade de criar as condições adequadas (MENDONÇA, 2015, p. 4).

Nesse sentido, o papel da escola é indispensável na construção e criação de melhores espaços, com adequação necessária para que possa receber e atender o aluno com necessidades especiais, condições para que este apren-

da, se desenvolva e se sinta integrado ao espaço de vivência com as demais pessoas. Não se pode negar o esforço e empenho que a instituição procura oferecer ao educando com deficiência. A escola entende claramente a importância de atender o seu grupo de aluno e tem o seu planejamento anual pré-estabelecido no PPP, porém não é o suficiente, pois a própria instituição possui suas limitações e enfrenta dificuldades para oferecer um atendimento mais apropriado e justo a sua demanda. A falta de profissionais com a formação devida é o principal entrave.

Na teoria, a inclusão, com a permanência e o êxito, está assegurada pela lei (LDB 9394/96), no entanto, pouco se vê na prática, não por falta de vontade ou de compreensão da realidade, mas pela própria organização maior, hierarquicamente constituído pelo sistema nacional. Observou-se, nas falas das pessoas que administram a instituição o desejo, a vontade e as expectativas de atender as necessidades que o aluno apresenta, porém, outras dificuldades também são enfrentadas pela escola, recursos financeiros, falta de estrutura física adequada, pouca acessibilidade, faltam rampas de acesso às salas e corrimão. A escola não possui um espaço de AEE.

O AEE é disponibilizado conforme planejamento da secretaria municipal de educação que abre espaço em dias alternados fora do ambiente escolar o qual pertence o educando. O acompanhamento é realizado duas vezes semanais, aproximadamente, embora famílias alegam que nem sempre podem acompanhar a criança ao local e horário marcados devido outras ocupações. Diante disso, surge a importância de a instituição disponibilizar um espaço próprio para que se possa manter um ensino-aprendizagem com a mesma qualidade que é oferecida aos demais alunos.

Nesse sentido, é importante que a criança se sinta parte do processo e incluída na escola e que não se sinta diferente dos demais, sem a necessidade de sair de seu ambiente para complemento de sua aprendizagem em outros espaços, salvo as situações extracurriculares conforme outras necessidades que sejam pertinentes ao seu desenvolvimento.

Em conversa com a auxiliar de ensino percebeu-se que ela não possui nível superior, nem formação específica na área e, até o momento, não passou por treinamento ou qualquer tipo de formação e/ou capacitação voltada para trabalhar com o estudante com necessidades especiais. Apesar de alguns teóricos sinalizarem a capacitação específica de profissionais como sendo fundamental para lidar com o público AEE, ainda não é isso o que acontece na prática. E o sistema público municipal de Curaçá (BA) parece distante de atingir esse objetivo.

É no pessoal escolar, e mais especificamente nos professores, que essa situação crítica repercute com mais força. As pessoas se interrogam cada vez mais sobre o valor do ensino e seus resultados. Enquanto as reformas anteriores enfatizavam muito mais as questões de sistema ou de organização curricular, constata-se, atualmente, uma ênfase maior na profissão docente, e também na formação dos professores e na organização do trabalho cotidiano. Exige-se, cada vez mais, que os professores se tornem profissionais da pedagogia, capazes de lidar com os inúmeros desafios suscitados pela escolarização em todos os níveis do sistema de ensino (TARDIF, 2002, p. 162).

Infelizmente, muitas das obrigatoriedades deixam a desejar e não são cumpridas, no que diz respeito à educação, o que sugere pensar que a educação pode ser vista de forma simples e do “faz de conta”, pois o que está escrito no papel não acontece na prática. De acordo com o professor da sala de aula, a quantidade de alunos é um fator que contribui para não conseguir realizar um trabalho melhor direcionado para o educando, pois não há tempo suficiente para maior dedicação, bem como trabalhos com exercícios e atividades mais aprofundadas e direcionadas, a partir das limitações e necessidades do aluno.

Observou-se que as aulas são planejadas e trabalhadas igualmente para a turma, sem qualquer diferenciação e sem considerar o ritmo de aprendizagem do educando, ou seja, não se sabe com clareza se a aprendizagem está sendo significativa ou não para o educando “especial”. A prática educativa é um fator indissociável do ensino-aprendizagem. É importante pensar nas diferenças existentes em sala de aula e considerar que tipo de ensino aprendizagem se deseja alcançar. É preciso refletir também sobre as relações de interpretação entre o que ele já sabe e o novo que está sendo ensinado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira tem obtido, com muitos esforços e a passos lentos, alguns avanços em relação à inclusão escolar e transformado em tema nacional as políticas sobre a educação especial. No entanto, ainda há um caminho longo a ser percorrido para poder diminuir a distância entre o pensado e o realizado, entre a realidade da educação básica atual e a Escola Inclusiva de fato. E, buscar compreender o processo de ensino-aprendizagem desse educando, em particular, é muito importante para entender como acontece o difícil processo de inclusão das crianças e adolescentes nas nossas escolas. Justamente porque o aluno em questão representa o estereótipo dos estudantes com alguma necessidade especial que ingressam no sistema educacional brasileiro.

A falta de profissionais especializados e da sala de AEE são os pontos agravantes da problemática, patrocinados pelo poder público. Outro aspecto que despertou atenção foi que, aparentemente, o professor responsável pela sala de aula parece esquecer que o aluno “especial” também está em sala, como se transferisse total responsabilidade para a auxiliar de ensino. Mesmo com a todas as limitações na aprendizagem daquilo que se espera para o educando, é importante que o educador busque alternativas para melhorar o rendimento do aluno e o mesmo possa atingir um aprendizado significativo e prosseguir avançando na aprendizagem e na socialização.

Para que ocorra uma educação de qualidade direcionada aos alunos com necessidades especiais, “a escola precisa ter uma infraestrutura adequada e capacitar seus professores e demais funcionários para receber essas crianças e jovens, proporcionando um ensino altruísta, equânime, como deve ser a escola e, certamente, com melhor aproveitamento” (FLORENCIO; SANTOS; MARTINS, 2019, p. 133). A esse respeito Tardif (2002) revela que “é no pessoal escolar, e mais especificamente nos professores, que essa situação crítica repercute com mais força”. Nesse sentido, é relevante que toda a equipe escolar busque a capacitação contínua como ferramenta de suporte para melhor desenvolver o seu trabalho educativo. Viver e estudar com os seus pares, na sua comunidade, abrangendo a escola em que está inserido no seu bairro, é ter acesso à educação inclusiva.

Cabe ressaltar o ponto mais positivo do caso pesquisado: o desejo do educando em aprender, cumprir suas tarefas escolares, desempenhar as atividades e o seu comportamento tranquilo durante as aulas, sem qualquer interferência ou interrupção das aulas ministradas pelo professor.

REFERÊNCIAS

- BAZZI, Gisele A. do Patrocínio. **As dificuldades de aprendizagem em leitura e escrita e suas relações com a ansiedade**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2000
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 de maio de 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Brasília. **Declaração de Salamanca**, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 26 maio 2018.
- BRASIL. **Lei n. 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 11. ed. Brasília, 2015.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014 (Série Legislação; n. 125).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão. *Rev. Educ. Esp.*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 7-17, jan./jun. 2008. Ed. especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>. Acesso em: 26 maio 2018.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na Escola Regular: análise sobre práticas pedagógicas**. Caicó. UFRN, 2017.

GLAT, Rosana; FONTES, S. Rejane; PLETSCHE, D. Marcia. **Uma breve reflexão sobre o papel da educação especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino**, Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2006.

GLAT, Rosana; BLANCO, Lúcia M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, Rosana (org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2011.

GLAT, Rosana; FONTES, S. Rejane; PLETSCHE, D. Marcia. Educação inclusiva e educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. *Revista Educação*, v. 32, n. 2, p. 343-356, Santa Maria, UFRGS, 2007.

GOLDENDERG, Mírian. Gênero e corpo na cultura brasileira. *Psicologia Clínica [online]*, v.17, n.2, pp.65-80, 2005

FLORÊNCIO, R. R.; SANTOS, C. A. B.; DANTAS, M. P. Reflexões sobre a educação inclusiva no sistema público municipal de Curaçá-BA. *Revista Caminhos da Educação*, Franca, 2019, p. 122-135.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Educação especial e inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 8., 2015, Uberaba. [Anais]. Uberaba: Uniube, 2015. Disponível em: <https://www.uniube.br/eventos/epeduc/2015/completos/39.pdf>. Acesso em: 27 maio 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1995.

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O direito à diferença: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

SANCHES, I.; THEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. *Revista Lusófona de Educação*, n. 8, 2006, p. 63-83.

SANTOS, Nilza Maria dos. **Problematização das dificuldades de aprendizagem**. Trabalho de Conclusão de Atividades do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

WEISZ, Tema. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 32. ed. São Paulo: Editora Vunesp, 2000.

ZILLOTTO, Gisele Sotta. **Especialização em educação especial e educação inclusiva**. 2. ed. rev. Curitiba: Ibpex, 2007. v. 1.

Recebido em: 14/03/2020

Aceito em: 17/05/2020